



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 180 • Quarta-feira, 1 de Março de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



FUNDO PARA SECA USADO PARA VÍTIMAS DO “DINEO”

Pág. 8



Acesso ao SISTAFE alargado
a agentes do Estado

Pág. 2



Vinte unidades comerciais
encerradas por falta de higiene

Pág. 6



Duplicam casos de violência
doméstica em Inhambane

Pág. 7

GOVERNO ALARGA ACESSO AO SISTAFE A AGENTES DO ESTADO



sistafe

Sistema da Administração
Financeira do Estado



Porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide

O Conselho de Ministros aprovou, ontem, uma resolução que altera o regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), permitindo o alargamento do seu acesso a agentes do Estado e outras figuras.

O regulamento vigente permitia o acesso a este sistema apenas a funcionários públicos, alguns dos quais com perfis acumulados, o que por vezes dificultava a flexibilidade do trabalho.

Falando ontem no final da sessão, o porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, explicou que a alteração do instrumento resulta da necessidade de ajustamentos pontuais de modelos conceptuais e das

normas desta plataforma, com destaque para o subsistema do Património do Estado e para o sistema de controlo interno.

Também se deveu à adopção de medidas que permitem acumular alguns perfis nas unidades gestoras e executoras, "bem como rever a restrição de acesso ao sistema apenas a funcionários públicos, estendendo-se aos agentes do Estado e outros, obedecendo às especificidades e limitações".

Ainda ontem, o Governo apreciou a informação sobre a situação de emergência no país para o período que vai de 21 a 27 de Fevereiro, no qual foram registados ventos e chuvas fortes acompanhadas de descargas atmosféricas.

Em termos de dados, Saide ex-

plicou que nas províncias de Cabo Delgado e Nampula foram afectadas 610 mil pessoas, com 103 casas destruídas, quatro salas de aula e uma unidade sanitária.

Desde o início da época chuvosa em Outubro do ano passado, pelo menos 644 mil pessoas foram afectadas por inundações, 42.933 casas destruídas, 1878 salas de aula e 104 unidades sanitárias.

Em relação ao ciclone tropical Dineo, que afectou fortemente a região litoral de Inhambane e parte de Gaza a 15 de Fevereiro, Mouzinho Saide salientou que o Governo continua a prover assistência alimentar aos afectados, calculados em cerca de 600 mil.

O Governo aprovou, ainda, as resoluções que ratificam os acordos celebrados a 24 de Janeiro entre os governos de Moçambique e da Turquia, no âmbito da visita do estadista deste país, sobre a cooperação comercial e económica, supressão de vistos para passaportes diplomáticos, de serviços e especiais, bem como os memorandos assinados sobre a área cultural e turismo.

OUTROS TEMAS APRECIADOS

Ainda na sessão de ontem, o Governo apreciou a participação do país na Cimeira da Associação dos Países da Orla do Oceano Índico, a decorrer em Jacarta, Indonésia, de 5 a 8 de Março.

"A cimeira reveste-se de carácter importante porque é a primeira desde que a organização foi criada e vai decorrer sob o lema 'Reforçando a cooperação marítima para o Oceano Índico pacífico, estável e próspero'", disse.

O Conselho de Ministros apreciou, igualmente, o relatório da visita oficial do Presidente da República Árabe Saaraui Democrática, Brahim Gali, que se realizou semana passada.

Também foi informado sobre a realização da reunião nacional de comercialização agrícola a ser realizada a 23 de Março, na província da Zambézia.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
POLÍTICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

GABINETE DE IMPRENSA

COMUNICADO DE IMPRENSA

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA CRIA
GRUPO DE APOIO AO PROCESSO DE PAZ**

MAPUTO, 28 DE FEVEREIRO DE 2017 – No âmbito do processo de diálogo para o alcance de uma paz efectiva e duradoura e na sequência das consultas e entendimentos com o Presidente da Renamo, Sua Excelência **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República, criou um Grupo de Contacto constituído por vários parceiros de cooperação convidados a apoiar o desenvolvimento de uma paz sustentável em Moçambique.

Este grupo vai prestar assistência financeira e técnica coordenada, bem como realizar outras tarefas indicadas nos seus Termos de Referência.

Integram o Grupo de Contacto sete (7) personalidades, designadamente, o Embaixador da Federação Suíça (Presidente do Grupo), o Embaixador dos Estados Unidos da América (Co-Presidente), o Embaixador da República Popular da China, o Embaixador do Reino da Noruega, o Alto-Comissário da República do Botswana, a Alta Comissária do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Chefe da Missão da União Europeia em Moçambique.

Este Grupo de Trabalho, cujas actividades terão início ainda esta semana, juntar-se-á às Comissões de Trabalho constituídas por entidades nacionais já designadas por Sua Excelência o Presidente da República e pelo Presidente da Renamo que juntos prosseguirão em busca da paz efectiva e definitiva, tendo como mandato debruçarem-se sobre questões militares e de descentralização. (GI)

À UA

ADESÃO DE MARROCOS NÃO DEVE INTERFERIR NOS ASSUNTOS SAARAUÍ



Moçambique recebeu, semana passada, a visita do Presidente da República Árabe Saaraui Democrática, Brahim Gali, com o objectivo de estreitar as relações de cooperação político-

-diplomáticas entre os dois países e solicitar apoio para que a adesão de Marrocos à União Africana não seja para que este interfira nos seus assuntos internos.

A RASD é uma república auto-proclamada do Reino de Marrocos desde os anos 80, mas

encontra-se em disputa com o Marrocos, que reivindica a legitimidade de terras naquele país.

Reconhecida por mais de 80 Estados, é membro pleno da União Africana desde 1984, altura em que o Marrocos, não o reconhecendo como país, se retirou desta organização. É igualmente reconhecido pelas Nações Unidas. Apesar disso, o Reino do Marrocos continua a lutar pelo controlo daquele país.

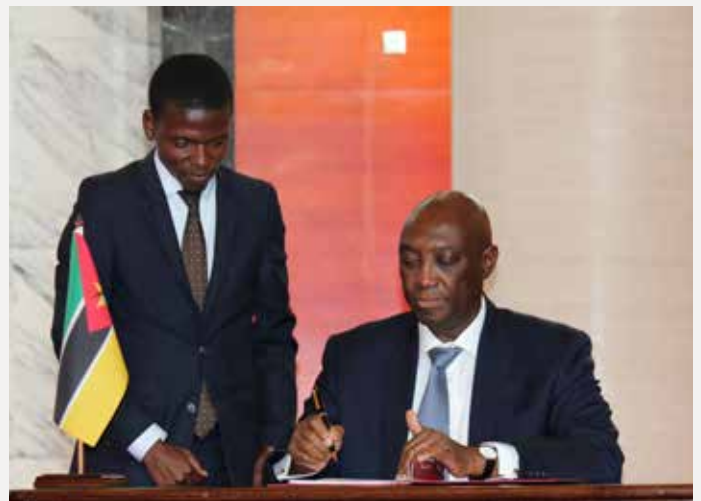
Só que, ano passado, o Marrocos foi readmitido na União Africana, facto que preocupa os dirigentes saarausí, uma vez que isso pode constituir um meio para aquele país interferir nos seus assuntos internos.

"A expectativa do povo saaraui é que a reentrada de Marrocos na União Africana não interfira nos assuntos internos da RASD, esperando-se

que a readesão seja pacífica e respeite os princípios fundamentais da carta africana e não haja manipulações para afastar a RASD desta organização" - defendeu Brahim Gali no encontro com o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi.

As partes realizaram encontros de conversações na Presidência da República tendo, depois, assistido à assinatura de um memorando de entendimento sobre consultas políticas no contexto dos laços históricos, de amizade e de cooperação internacional, segundo os princípios da União Africana (UA).

Nas conversações oficiais entre os Presidentes de Moçambique e da RASD foram abordados aspectos relacionados com as relações históricas de amizade; solidariedade e de cooperação político-diplomá-



tica; a situação política que se vive naquele país e o reforço da parceria, nos princípios da UA.

Sem avançar em concreto as áreas de cooperação, embora se saiba que tal como Moçambique a RASD é rica em recursos minerais como cobre, urânio, ferro, entre outros, o Presidente da República Árabe Saaraui, Brahim Gali, concentrou o discurso na formalização de consultas políticas relativas a autodeterminação do seu povo.

Recorde-se que a origem do conflito, que é continuação da luta contra as forças coloniais espanholas, reside na invasão militar marroquina em 1956 àquele país. A ocupação militar e a anexação marroquina levou os saarauis, liderados pela Frente POLISARIO, a resistirem pacífica e diplomaticamente, cujas negociações para o fim das hostilidades foram lideradas pelas Nações Unidas e União Africana.

"O objectivo dos saarauis foi defender a sua independência e a sua terra contra a invasão militar de Marrocos e libertá-la da ocupação estrangeira como pré-requisito para que o povo possa exercer o seu direito à autodeterminação, internacionalmente reconhecida", - explicou Mohamed Salen, ministro dos Negócios Estrangeiros da RASD, em conferência de Imprensa depois das conversações. Muito recentemente, para além de debater o reforço da diplomacia, segurança e as formas de enfrentar o conflito marroquino, o povo saaraui lançou uma estratégia para intensificar os esforços de ampliação do movimento de solidariedade para com aquele povo que culminaram com o anúncio da reintegração de Marrocos na União Africana, no decurso da 28.ª Cimeira de Chefes de Estado da organização continental, realizada em Addis-Abeba, na Etiópia, em

Janeiro último.

A reintegração de Marrocos na União Africana implica a adesão deste país a todos os preceitos e princípios da organização, como reconhecer as fronteiras adoptadas pela ONU e ter as mesmas obrigações que a RASD possui no conceito das nações. Portanto, foi nesses termos que se baseou o pedido de apoio do povo saaraui de mobilizar a União Africana a apoiar a sua independência e autodeterminação. Para Mohamed, Moçambique tem sempre estado na vanguarda nos processos de paz em África, tendo liderado, com sucesso, as iniciativas de pacificação em Madagáscar, Comores e outros países.

"Por isso, a UA está interessada em ver o conflito entre Marrocos e a RASD resolvido" - ilucidou.

Por seu turno, o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Oudemiro Balói, referiu que o PR

saraui pretende ter garantias de que vai recuperar parte do seu território ocupado por Marrocos, fundamentado na carta africana; o respeito pelas fronteiras e não ocupação de territórios alheios com recurso ao uso da força e o fim da violação dos direitos humanos no território saarau por parte daquele reino.

O Presidente da República Árabe Saaraui, Brahim Gali, visitou Moçambique, por três dias, a convite do seu homólogo Filipe Jacinto Nyusi para, entre outros temas, aprofundar as relações históricas de amizade, solidariedade e cooperação político-diplomática entre os dois países e reforçar a cooperação no âmbito da UA e troca de impressões com a presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo.

INAE ENCERRA 20 UNIDADES COMERCIAIS POR FALTA DE HIGIENE

A Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE)

encerrou um total de 20 estabelecimentos comerciais, nomeadamente padarias e restaurantes, devido à falta de higiene e má conservação de produtos alimentares, entre outros factores.

Dez das unidades comerciais encerradas são da cidade e província de Maputo, onde, na sequência de actos de inspecção, foram detectadas situações graves de imundície no interior das mesmas.

Falando esta segunda-feira em Maputo, durante a apresentação do balanço semanal da actividade deste sector, o porta-voz da INAE, Acácio Foia, disse que na semana de 16 a 24 de Fevereiro foram fiscalizados 622 estabelecimentos em todo o país, sendo que a província de Manica é a que teve maior número, com 138 unidades visitadas.

Desse número foram multados 22 agentes económicos com valores que vão até 596 mil meticais devido a diversas infracções e encerrados 20 estabelecimentos.

Na semana passada, durante visitas de surpresa realizadas na capital do país, a INAE detectou várias irregularidades, facto que determinou o fecho das padarias Zambeze e Melú e o respectivo restaurante, para este último caso.

De acordo com a inspectora-geral da INAE, Rita Freitas, os dois estabelecimentos comerciais encerrados atentavam contra a saúde pública porque não reuniam condições apropriadas para a



produção e venda de produtos alimentares.

Dentre as situações imundas detectadas, a pior verificou-se na padaria Melú, localizada no bairro do Chamanculo, ao lado do Mercado Diamantino, onde cães, gatos, teias de aranhas e ratos partilhavam o mesmo espaço com o stock de trigo usado para o fabrico do pão, para além da ocorrência de infiltrações em todo o estabelecimento, principalmente no armazém de trigo.

No concernente à fiscalização do peso do pão, a fonte acrescentou que a lei estabelece a afixação dos preços e indicação da gramagem do produto nas áreas de venda, o que é ignorado.

"A má conservação e arrumação dos produtos, lixo, imundície nos balneários, falta de autoclismo e ventilação, não afixação dos preços nas prateleiras e

equipamento de trabalho em mau estado de conservação são algumas das várias razões que levaram ao encerramento das padarias" - explicou Rita Freitas.

"As padarias vão ser sancionadas dentro da lei, devendo pagar até 50 salários mínimos de acordo com o tipo de infracção cometida, o que corresponde a 163 mil meticais" - declarou.

No decorrer das inspecções realizadas semana passada em todo o país, foram destruídos diversos produtos, com destaque para os que se encontravam fora do prazo e mal conservados, num valor correspondente a 600 mil meticais.

Segundo Acácio Foia, houve registo também de situações de violação do direito e propriedade de marca na modalidade de contrafacção, na província de Tete. Na sequência deste último caso foram

apreendidas 13 motorizadas por estarem a violar uma outra marca, num valor estimado em 487 mil meticais.

Entretanto, a INAE autorizou a reabertura de quatro padarias que haviam sido encerradas por violação da lei, depois de verificar que já reuniam condições para o seu funcionamento. Trata-se das padarias Estoril, Forom e Pão Bom, todos da cidade de Maputo, e a pastelaria Sama, em Sofala.

Os inspectores nacionais apelam aos agentes económicos e proprietários das unidades comerciais para não deixarem a monitoria dos estabelecimentos apenas a cargo dos gerentes, pois esse trabalho deve ser feito de maneira conjunta para que não se cometam infracções que prejudiquem a saúde do público.



DUPPLICAM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM INHAMBANE



Daniel Chapo recebendo explicações sobre o centro de apoio a vítimas de violência

A província de Inhambane registou, no ano passado, um aumento de casos de violência doméstica baseada no género, tendo sido reportados mais de 2 mil casos contra mil registados em igual período de 2015, representando um incremento na ordem de 98 por cento.

O aumento de dados sobre casos de violência doméstica, segundo o governador de Inhambane, Daniel Chapo, deve-se ao crescimento da consciência dos cidadãos na necessidade de denunciar estas situações. Maior parte dos casos notificados é de violência física e sexual.

Daniel Chapo referiu que,

apesar dos esforços desenvolvidos para a prevenção e combate a este mal, anualmente, milhares de mulheres têm sido vítimas das diversas formas de violência, sobretudo aquela que é perpetrada pelos homens.

O chefe do executivo de Inhambane falava, no último sábado, na vila de Vilankulo, à margem da inauguração de um Centro de Atendimento Integrado de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género, localizado no recinto do hospital rural deste distrito.

Com este centro, Inhambane conta já com quatro unidades do género, localizados nos distritos da Maxixe, Inhambane, Jangamo e Vilankulo.

Esses centros de atendimen-

to, segundo Daniel Chapo, funcionam como porta de entrada e paragem única para as vítimas de violência baseada no género, acolhendo-as e respondendo às suas necessidades e demandas mais urgentes como a prestação de cuidados médicos, apoio psicossocial e jurídico, melhorando, conseqüentemente, o seguimento destas vítimas e a reintegração das mesmas nas suas respectivas comunidades.

Num outro desenvolvimento, o governador de Inhambane convidou todos os residentes da província a fazerem o uso correcto dos serviços, apresentando todas as suas queixas às estruturas competentes sobre todo o tipo de

violência a que forem submetidos.

“O problema de violência de género é de todos nós e a sua superação passa necessariamente pela acção de todos”, - concluiu Daniel Chapo.

Por sua vez, Naftal Matusse, director provincial de Saúde de Inhambane, disse que a construção destas unidades integradas visa responder a situações de violência baseada no género, que são frequentes naquela parcela do país.

Matusse disse que os Centros de Apoio Integrado reúnem, num único espaço, clínicos, IPAJ, Procuradoria e Acção Social, estando aptos para atender não só as vítimas de violência mas também a



difundir mensagens de prevenção contra este fenómeno que atenta contra a estabilidade social e promoção da saúde.

"Hoje em dia, a violência, de todas as formas, é um problema mundial e a nossa província não está alheia a ela. Por isso temos de continuar a desenvolver actividades de combate a este mal, para além de lutar para expandir o estabelecimento destes cen-

tros" - disse, salientando que já está em vista a construção de mais um no hospital de Quissico.

Falando de casos que chegam ao sector da Saúde e escapam à Polícia, Naftal Matusse explicou que a estratégia de criar um centro integrado permite que as vítimas, quando chegam ao hospital, sejam imediatamente atendidas, envolvendo as várias instituições, neste caso a Po-

lícia, procuradoria e hospital. A construção dos quatro Centros de Atendimento Integrado na província de Inhambane contou com apoio financeiro do governo norte-americano, no montante de cerca de 8 milhões de meticais, através dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos e da organização moçambicana Centro de Colaboração em Saúde, em estreita cola-

boração com a Direcção Provincial de Saúde de Inhambane.

A instalação do CAI permite, à unidade sanitária oferecer, com qualidade serviços de saúde, sociais e jurídicos num só espaço, assegurando o adequado conforto, privacidade e confidencialidade às vítimas da violência doméstica baseada no género.

FUNDO PARA SECA DESVIADO PARA ASSISTIR VÍTIMAS DO "DINEO"

Os parceiros de cooperação internacional e o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) vão desviar os fundos que haviam sido mobilizados para assistir as vítimas da seca, que assolou o país nos últimos dois anos, para apoiar os afectados pelo ciclone Dineo em Inhambane. O ciclone tropical Dineo afectou a costa sul de Moçambique no passado dia 15 de Fevereiro, provocando enormes estragos em algumas regiões da província de Inhambane, nomeadamente as cidades de Inhambane e Maxixe e os distritos de Homoíne, Jangamo, Morrumbene, Massinga, Zavala, Inharrime Panda, Vilankulo e Mabote, provocando danos humanos e materiais avaliados em mais de 1.1 bilião de meticais.

Reunidos semana passada para avaliar o impacto do fenómeno natural, o grupo de parceiros, maioritariamente inter-



Márcia de Castro, representante residente das Nações Unidas em Moçambique

nacionais, defendeu que vai mobilizar recursos para reparar os danos provocados pelo ciclone que destruiu infra-estruturas públicas como escolas, uni-

dades sanitárias, casas de particulares, plantações e outros bens.

Na ocasião, a coordenadora residente das Nações Unidas em Moçambique,



Márcia de Castro, referiu que devido à intensidade do ciclone irão priorizar o seu impacto, desviando os fundos de projectos referentes ao combate à seca para assistir as vítimas do Dineo, calculadas em 652 mil pessoas, maior parte em Inhambane.

Sabe-se que o grupo de parceiros havia mobilizado cerca de 170 milhões de dólares para assistência às vítimas da seca e desenvolvimento de projectos relacionados com o combate a este fenómeno. É deste valor, gerido exclusivamente pelos parceiros, que se vai tirar parte para apoio imediato aos afectados pelo ciclone tropical Dineo.

Dados do INGC indicam que o fenómeno, que foi caracterizado por ventos fortes e chuvas, afectou com maior incidência a zona costeira da pro-

víncia de Inhambane e parte de Gaza, provocando a morte de sete pessoas, 51 feridos ligeiros e 4 graves e afectando um total de 652 mil pessoas. Nas infra-estruturas, foi contabilizada a destruição total ou parcial de 70 hospitais, 1687 escolas e dois sistemas de abastecimento de água. A ponte-cais da Maxixe e outras infra-estruturas, para além de 29 mil hectares de culturas alimentares, já na fase de maturação, foram também destruídas.

Para a reconstrução dos danos, o Governo necessita de 1.1 bilião de meticais, valor que espera obter do Orçamento do Estado, mas também do apoio de parceiros internacionais e membros da sociedade moçambicana.

Na reunião da semana passada, os parceiros compromete-

ram-se a ajudar na mobilização deste montante.

A coordenadora residente das Nações Unidas em Moçambique, Márcia de Castro, disse que para além de apoiar na reconstrução, os parceiros irão ajudar o país na adopção de infra-estruturas resilientes a fenómenos naturais como ciclones, cheias e seca. Também se comprometeu, no primeiro momento, a disponibilizar recursos de primeira necessidade como tendas, óleo vegetal e outros, estando ainda a solicitar ajuda ao sistema humanitário internacional para ver se pode contribuir com outros recursos. O INGC necessita de 459.3 milhões de meticais para a reconstrução de infra-estruturas básicas que ficaram danificadas, sendo que a Educação, o sector mais afectado,

precisa de 354.3 milhões de meticais, e o sector da Saúde de 61.4 de milhões. Para a área da água e saneamento são necessários 4.5 milhões e para agricultura 39.1 milhões de meticais para uma rápida intervenção.

Segundo explicou João Machatine, director-geral do INGC, neste momento já foram disponibilizadas oito tendas para a garantia dos serviços de maternidade nas unidades sanitárias danificadas nos distritos da Maxixe e Morrumbene.

Está ainda em curso a reconstrução de casas para as populações mais vulneráveis, com recurso a kits de abrigo; monitoria de doenças de origem hídrica; distribuição de produtos alimentares a pessoas mais vulneráveis e limpeza de vias de acesso.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Líria Mucare, Leonildo Balango

Revisão: Samuel Malumbe

Maquetização: Januário Magaia

Ano Académico 2017

UEM VAI INTENSIFICAR INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA



A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) quer apostar, para o presente ano académico, na intensificação da investigação científica com vista a contribuir na solução dos problemas diversos que afectam a sociedade moçambicana.

A aposta foi manifestada pelo respectivo reitor, Orlando Quilambo, que falava na última sexta-feira na cerimónia de abertura do ano académico 2017.

O responsável salientou que a UEM quer prestar, cada vez mais e melhor, os serviços de ensino, investigação e extensão de modo a trazer soluções para os problemas diários que enfermam a sociedade.

"A Universidade compromete-se a produzir graduados competentes e comprometidos com o

desenvolvimento económico, social e cultural do país. As palavras-chave nesse processo serão a atracção e admissão dos melhores candidatos, garantindo a equidade de género e inclusão social; aumento do acesso aos cursos de pós-graduação, assegurando a relevação dos programas oferecidos e melhoria das condições de ensino e aprendizagem" - explicou.

No domínio da investigação, esperamos garantir a produção do conhecimento, transformando o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a pós-graduação e melhorando a qualidade dos graduados.

Para o efeito, defendeu que o corpo docente e investigador da UEM vai ser fortalecido e apoiado, assegurando a melhoria das condições de trabalho e do desenvolvimento profissional. Já o ministro da Ciência e

Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, corroborando o tema "Conservando e valorizando a biodiversidade para promover um turismo sustentável", proferida pelo Prof. Dr. Almeida Siteo, defendeu a promoção do turismo nacional através da integração do conhecimento. Segundo Nhambiu, o tema demonstra de forma inequívoca o comprometimento da instituição de ensino com a causa da conservação da biodiversidade, bem como a promoção do turismo nacional.

Ademais, a existência de cursos nas áreas de Turismo e Ambiente na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) indica que a instituição está engajada em promover, através do conhecimento, o turismo a nível nacional, o qual deve assentar numa interacção profícua entre a

universidade e a sociedade.

O ministro defendeu ainda que para além de levar a cabo actividades de ensino, investigação e extensão nas diversas áreas do saber, a UEM deve servir de fonte de novos conhecimentos e pensamento inovador que possam contribuir para a resolução dos problemas básicos da sociedade e nas áreas prioritárias para o desenvolvimento nacional.

"Nesse contexto, incentivamos a UEM a continuar empenhada na promoção de uma cultura de excelência no treinamento de uma nova geração de cientistas. Aliás, a ênfase do papel da universidade recai na investigação básica e aplicada, que constitui o sustentáculo necessário para melhorar o sistema produtivo do país" - disse, a terminar, o ministro.



Combate ao desmatamento

FLORESTAS DE GAZA E CABO DELGADO CONTROLADAS POR RADAR E SATÉLITE



Moçambique é um dos poucos países na região da África Austral que ainda mantém uma proporção considerável da sua área coberta com florestas naturais, mas ao mesmo tempo é um dos países mais pobres do mundo, com uma elevada taxa de desmatamento e degradação de florestas devido ao corte desenfreado das espécies, queimadas descontroladas entre outras práticas. Para reduzir o fenómeno da destruição da flora, a Direcção Nacional de Florestas, em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), lançou há dias uma plataforma digital de controlo de florestas por radar e satélite, com o objectivo de detectar as áreas desmatadas.

A iniciativa surge como resposta aos interesses globais de combate ao desmatamen-

to, prevista numa convenção ratificada por 25 países, dentre os quais Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Malásia, México, Indonésia, Paraguai, Peru e que já concluíram a avaliação técnica do seu estado de conservação das florestas e do carbono.

Países como Chile, Congo, Costa Rica, Etiópia, Vietname, Zâmbia, Camboja, Costa de Marfim e Moçambique, são exemplos de países que estão nesta convenção mas que ainda não concluíram a avaliação técnica sobre o estado de conservação das suas florestas e da emissão do carbono.

De acordo com o director nacional de florestas, no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Xavier Sakambuera, para avaliar o estado florestal moçambicano e mitigar o desmatamento acelerado que se verifica ao nível do país, o Governo nipónico disponibilizou cerca de

5 milhões de dólares para a realização do projecto de estabelecimento da plataforma sustentável de informação sobre os recursos florestais, projecto que está sendo implantado, numa primeira fase, nas províncias de Gaza e Cabo Delgado.

Para além dos mapas florestais é possível encontrar também informação geográfica como estradas e limites de distritos, através de um ficheiro digitalizado no google earth. Kazuhisa Kato, líder da equipa da JICA em Moçambique, afirmou, por seu turno, que para a realização da plataforma foram realizadas actividades como modificações de mapas de cobertura florestal que estavam desactualizados, desenvolvimento de mapas de cobertura florestal e utilização de imagens via satélite e radar para detenção do desmatamento.

O resultado do inventário flo-

restal actual dá conta que as florestas abertas possuem muito estoque de carbono do que as florestas densas nas províncias de Gaza e Cabo Delgado, onde há uma forte intervenção humana.

As acções de monitorização dessas florestas evitam o desmatamento, aumentam a capacidade de sequestro de carbono através do reflorestamento e restauração de florestas degradadas.

Entretanto, desde 2013 que Moçambique e a JICA vêm cooperando em matéria de recursos florestais, num acordo que se estende até 2018. Vovidos 4 anos desta parceria, a JICA apresenta o sítio na internet onde a população e as instituições visadas podem ter informações acerca dos recursos florestais, tais como níveis de referência e indicadores da emissão da vegetação, conjunto de dados para estimar biomassa e carbono.

MISAU VAI FOCALIZAR CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL



O Ministério da Saúde (MISAU) vai focalizar os cuidados de saúde mental devido à demanda de utentes que procuram por atendimento psiquiátrico nas unidades sanitárias nacionais, bem como aos vários fenómenos que ocorrem no país como crimes, mendicidade, entre outros.

Só no ano passado, os serviços sanitários nacionais registaram, em todo o território nacional, cerca de 150 mil utentes procurando atendimento sanitário, um número preocupante, mas também inferior à média nacional de pessoas com problemas mentais, calculada em 6 por cento da população.

Esta informação foi avançada há dias pelo secretário permanente do MISAU, Zacarias Zindonga, falando num encontro sobre pesquisas inovadoras em saúde mental, organizado em conjunto com

a Associação Americana de Psiquiatria e as universidades Eduardo Mondlane, Columbia e Federal de São Paulo. O encontro visava discutir a importância da inclusão da saúde mental nos cuidados primários da saúde, discutir estratégias de intervenções comunitárias, integração na formação em saúde mental no campo das neurociências, entre outros.

"Tendo em conta os antecedentes históricos da saúde mental em Moçambique, a realidade actual clama por reformas profundas voltadas para uma intervenção mais humanizada e com enfoque nos cuidados da saúde mental como sendo também primárias" - explicou a fonte.

É nesse contexto que, durante a conferência, assumiu-se a necessidade das parcerias multissetoriais como forma de melhor prestar assistência aos enfermos; abertura de centros de atendimento aos toxicod dependentes, inter-

venção psicológica em caso de crise e calamidades, intervenção a doentes mentais nas ruas, atendimento a casos de histeria colectiva entre outras.

De acordo com Zacarias Zindonga, cerca de 6 por cento da população moçambicana apresenta casos de distúrbios mentais, com destaque para casos de epilepsia, esquizofrenia, perturbações afectivas e relacionadas com o uso de substâncias psicotrópicas que por vezes terminam em suicídios e violência.

"O Governo de Moçambique e seus parceiros têm desenvolvido várias acções para melhorar os cuidados sanitários que vão desde a formação e aumento do número de profissionais da área, como psiquiatras, psicólogos e técnicos de psiquiatria, o que veio a culminar com a criação e expansão dos serviços de psiquiatria e saúde mental para todos os distritos", - disse o dirigente.

Por seu turno, Maria Aquenda, presidente da Associação Americana de Psiquiatria, avalia Moçambique como um país com muita gente padecendo de sérios problemas de saúde mental, factor que merece atenção desta organização no combate a este mal.

"É preciso investir na saúde mental para que os recursos existentes sejam melhorados e expandidos, apostando na criação de equipas multidisciplinares e qualificação das equipas de gestão e clínica", - disse.

Para contornar esse cenário, a associação, em parceria com o MISAU e a UEM, vão trabalhar com as comunidades capacitando os activistas da saúde em matéria de medicina mental de modo a intervirem em primeira mão. Para tal, o Governo estadunidense financia em cerca de 3 milhões de dólares para a realização do projecto.



XIII Jogos Escolares

GOVERNO E PARCEIROS MOBILIZAM-SE PARA MATERIALIZAR O EVENTO



O Governo e parceiros nacionais e internacionais estão a mobilizar-se para garantir a realização, de 14 a 23 de Julho do ano em curso, nos municípios de Xai-Xai e Macia, na província de Gaza, da décima terceira edição dos Jogos Escolares, um evento desportivo que vai movimentar mais de 1900 participantes.

São necessários, para a organização do festival, mais de 40 milhões de meticaís, valor a ser usado para sustentar as despesas inerentes à aquisição de equipamento e reparação dos campos desportivos; passagens para os parti-

cipantes (jogadores e equipas técnicas) oriundos das onze províncias; alimentação, alojamento, comunicação, entre outras despesas.

O Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), promotor da iniciativa, já dispõe de 20 milhões de meticaís, devendo o remanescente ser disponibilizado pelos parceiros nacionais e internacionais.

Para o efeito, na semana passada, a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, reuniu os parceiros para solicitar apoio. Dada a importância que os jogos representam para o desenvolvimento intelectual, social e psicológico dos alu-

nos com idades compreendidas entre os 11 e 16 anos, Conceita Sortane apelou à sociedade civil, empresas, federações desportivas e clubes desportivos para apoiarem o certame.

“Os Jogos desportivos Escolares constituem um momento ímpar para ter toda a juventude do país junta e daí apelar, facilmente, à consolidação da unidade nacional e sensibilizar os participantes a conservar a natureza, sobretudo o combate à caça furtiva e outras práticas nocivas a natureza” - observou Sortane, para quem o desporto, devidamente orientado “ajuda-nos a encontrar e

valorizar novos talentos que amanhã poderão erguer bem alto a bandeira nacional, em competições nacionais e internacionais”.

Na ocasião, a empresa Moçambique Celular (Mcel) e o Grupo Académica garantiram respectivamente que a comunicação e o equipamento para todos os desportistas está assegurado. Outros parceiros vão-se organizando até à realização dos Jogos Escolares de Gaza - 2017, tendo em conta a situação financeira que o país atravessa.

Recorde-se que o lema do Festival de Jogos Escolares 2017 tem em conta a conservação ambiental (florestal e animal) e o rinoceronte (animal protegido) foi escolhido como mascote da efeméride. Aliás, a província de Gaza possui zonas definidas como áreas de reserva, conservação e protecção da flora e fauna bravia, que estão sendo devastadas pelos caçadores furtivos. Possui, igualmente, áreas de protecção da biodiversidade marinha.

Acolhendo os XIII Jogos Escolares, a sociedade está a prestar solidariedade a todos os cidadãos vítimas das calamidades naturais, nomeadamente seca e cheias que causam fome e destruição da rede escolar e demais infra-estruturas.

INDÚSTRIA DESPORTIVA DEVE SER SUSTENTÁVEL

Por seu turno, Ana Flávia Azinheira, vice-ministra da Juventude e Desportos, que apresentou os talentos que emergiram dos Jogos Escolares das últimas seis edições, alguns dos quais beneficiários de bolsas de estudo no estrangeiro, apontou que a indústria desportiva constitui uma actividade sustentável, pelo que os clubes nacionais devem contribuir para a selecção e dar oportunidades aos alunos talentosos provenientes dos vários cantos do país.

De acordo com Ana Flávia Azinheira, as crianças devem ter acesso aos programas desportivos, pois o desporto é o grande elemento de transmissão da mensagem de cidadania, da coesão nacional e social.

“Por isso, há que investir numa geração que vai olhar para o país com orgulho e a sustentação do desporto deve partir da base até às selecções nacionais, regionais e internacionais. O foco é apoiar mais o desporto. Mas o governo não

pode fazê-lo só por ser uma actividade que pode alavancar a economia de um país” - disse.

Além do andebol, atletismo, basquetebol, futebol, ginástica, voleibol, o evento vai contar com modalidades como o xadrez e jogos tradicionais.

Os Jogos Desportivos Escolares decorrem de dois em dois anos e a última edição realizou-se em 2015, na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.